



PROPOSTAS – PSOL - 2020

Passamos por um período de intensa crise no nosso país. A pandemia do Corona Vírus agravou os problemas que já enfrentávamos, altas taxas de desemprego, redução dos salários, cortes na previdência social, congelamento de investimento nas (já precárias) áreas de saúde e educação públicas. Assim, de um lado a pobreza aumenta e de outro a proteção social se reduz. Além disso, o meio ambiente pede socorro! O cerrado e a Amazônia vêm sofrendo danos que podem ser irreversíveis e colocar em risco, a longo prazo, as nossas condições de vida.

Estamos diante do aprofundamento da crise econômica, política, social e ecológica mundial do capitalismo, na qual a vida da população trabalhadora explorada e oprimida está subordinada à manutenção dos lucros. A intensificação das violências e a retirada brutal de direitos são as saídas apontadas pelos capitalistas (e em especial pela elite nacional entreguista) para a crise. Medidas de austeridade, desemprego, inflação, arrocho, colapso dos serviços públicos, desastres e crimes ambientais tornaram-se o cotidiano na vida de trabalhadores.

No Brasil, a situação não é diferente, a eleição de Bolsonaro nada mudou. Em verdade houve um aprofundamento do programa de retirada de direitos e recessão econômica, que só fez aumentar a exploração sobre o trabalho.

O nosso projeto é para o povo, principalmente os mais pobres e deve garantir a melhoria dos serviços públicos e uma rede de proteção social eficiente. A viga mestra de nosso programa deve necessariamente ser: recuperar a capacidade de investimento, planejamento e intervenção do poder público. Nossa plataforma é baseada nos interesses da classe trabalhadora, nas demandas dos excluídos e dos movimentos sociais.

Buscando mobilizar a classe trabalhadora contra as amarras que a aprisionam, compreendemos o período eleitoral como um momento importante, não para conquistar gabinetes, mas para dialogar com a população, debater com ela nossa forma de enxergar

os problemas, para explicar as medidas que propomos e que, uma vez no poder, implantaremos.

Promoveremos a participação popular direta propiciando que o povo tenha voz nas decisões do poder público. Reduziremos os cargos de confiança ao estritamente indispensável, aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção. Esse aproveitamento se dará com a realização de concursos que levem em consideração o conhecimento e formação na área de atuação, bem como a experiência na função. Adotaremos mecanismos de democracia direta que valorizem a participação popular, como plebiscitos, referendos e consultas públicas, bem como fortaleceremos as conferências e os conselhos municipais.

A lógica de diminuição do Estado com as terceirizações e a desvalorização do quadro de funcionários de carreira provoca descontrole, má prestação de serviços públicos e cria as condições para os atos de corrupção.

É preciso reverter essa lógica que privilegia o poder das empreiteiras, das concessionárias do transporte coletivo, do lixo e das demais empresas que terceirizam os serviços públicos e dominam a cidade.

Verificamos que a mercantilização do transporte público com altos preços e baixa qualidade somente tem permitido a privatização completa do espaço urbano. Este modelo de transporte é poluente, antidemocrático e impede sistematicamente o acesso de todas as pessoas à cidade. Todos os direitos sociais, como saúde, lazer, educação, esporte passam pelo direito essencial de ir e vir.

O aumento crescente da tarifa do transporte coletivo, a falta de qualidade no transporte público, ruas esburacadas e sem asfalto têm impedido que a população tenha garantido seu direito de ir e vir e de acesso à cidade.

Propomos uma política que realmente interprete a mobilidade urbana como um direito e não uma mercadoria, fazendo uma auditoria dos atuais contratos das empresas de ônibus, contratos esses firmados a toque de caixa por um corrupto notório. Prosseguiremos na defesa da municipalização do transporte público, redução gradativa da tarifa, passe livre irrestrito para estudantes e pessoas desempregadas, gestão democrática do transporte público, com um conselho de transporte público paritário, aberto ao público e que seja transparente e acessível à população.

Auditaremos e fiscalizaremos os termos contratados nas terceirizações, revisaremos as concessões e criaremos autarquias e empresas estatais municipais para execução direta dos serviços concedidos. Utilizaremos com intensidade os recursos tecnológicos que propiciem maior eficiência administrativa e facilitem os mecanismos de consulta e controle social sobre os serviços e as contas do município. Promoveremos a transparência como a finalidade de viabilizar a total publicidade dos atos administrativos e estimular o controle social na execução das obras, nas assinaturas de contratos e nas prestações de contas, garantindo o acesso a informações sobre orçamentos, compras públicas, contratos e serviços.

Fortaleceremos o controle interno no município, dando transparência e publicidade às auditorias para que haja um acompanhamento desse trabalho de controle do uso do dinheiro público.

A Constituição Federal de 1988 é um marco na conquista dos direitos sociais no Brasil e em seu artigo 196 estabeleceu que todos os cidadãos têm o direito à saúde, cabendo ao Estado a obrigação provê-la.

Ao estabelecer a saúde enquanto um direito, ela passa a ser entendida muito além da ausência da doença, mas como uma condição para o exercício pleno da cidadania.

Para garantir esse direito, foi instituído o Sistema Único de Saúde – SUS, que se mostrou essencial no combate à pandemia do Corona Vírus e que será fortalecido na nossa gestão através da organização da Rede de Atenção à Saúde garantindo o acesso de maneira equânime e integral aos cidadãos.

Ampliaremos a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Primária, elevando das 89 equipes para 120 equipes, bem como a Proporção de cobertura populacional estimada pelas equipes de Saúde Bucal.

Implantaremos: o Conselho Gestor de Saúde nos bairros, como um lugar mais próximo do cidadão para a tomada de decisão sobre a política de saúde; a Política Nacional de Humanização na rede de serviços do SUS, qualificando o acesso às ações e serviços de saúde no município; a Política Nacional de Promoção da Saúde promovendo a equidade e a melhoria das condições e dos modos de viver do povo cuiabano e os que vieram para cá; a Rede de Atenção à Saúde da Mulher buscando o atendimento integral, de referência e contra referência em todas as fases da sua vida.

Ampliaremos: as Academias de Saúde com profissional da Educação Física nos bairros do município promovendo saúde em conjunto com as Equipe de Atenção Primária; a Rede de Atenção Psicossocial por meio das unidades , melhorando a parceria com as Unidades Estaduais.

Instituiremos o Comitê Municipal de Promoção da Equidade e Educação Popular em Saúde, considerando os saberes das comunidades.

Fortaleceremos a vigilância em saúde no município, melhorando a detecção e cura dos casos de hanseníase e tuberculose e ampliando a cobertura vacinal.

Garantiremos as ações, serviços e medicamentos aos idosos e pessoas portadoras de doenças crônicas.

Aprimoraremos, ainda, o SISREG em toda a rede de atenção à saúde do município, garantido o acesso de maneira rápida aos exames e procedimentos aos usuários do SUS, com informações atualizadas a partir da integração das unidades de saúde da atenção primária, evitando dessa maneira esperas desnecessária na fila de espera dos procedimentos de média e alta complexidade, tornando a classificação dos usuários e suas prioridades.

A Educação é a principal indicadora de aumento de rendimentos do trabalho e de mobilidade nas sociedades democráticas, promovendo a cidadania e a ampliação da inclusão social de todos.

Porém, não há como pensar em creches e escolas sem atividades lúdicas, inclusivas e formativas, além de informativas. Implantaremos uma educação que não seja meramente o treinamento para a vida do trabalho, que seja espaço de criatividade, de experiência e de solidariedade; que não emparede nossas crianças e jovens, mas que lhes dê as potencialidades para viver em liberdade. A educação que queremos construir é a da inclusão: que nos leve da África e seu legado aos nossos bairros e suas histórias e lutas; que nos faça conhecer para preservar nossos ecossistemas; que nos permita reconhecer nos indígenas sua importância para nossa vida em sociedade.

Propomos construir uma política de educação emancipadora e inclusiva garantida pela democratização da administração escolar, ampliação do número de vagas no ensino infantil e fundamental e discussão ampla da grade curricular, num exercício diário de participação coletiva, na qual se insere toda a

comunidade escolar, partindo do princípio de que as vagas das creches e do ensino fundamental devem ser direcionadas para as comunidades locais, no caso, moradores dos bairros onde estão localizadas as unidades escolares, evitando que moradores sejam excluídos por meio de barganhas que direciona as vagas para correligionários políticos.

Buscaremos melhores subsídios, equiparação e isonomia salarial com as demais categorias do município, promovendo assim a valorização do trabalhador e trabalhadora da educação com melhores planos de cargos e carreiras e aposentadorias mais dignas e também pela valorização e qualificação profissional, que passa pela garantia de condições de trabalho como construção de escolas e creches que atendam a demanda, garantir a estrutura física adequada nas escolas, formação continuada para trabalhadores da educação, incluir as tecnologias digitais, adquirir equipamentos, atualizar material bibliográfico, entre outros, combatendo todos os tipos de assédio moral e profissional que a falta desses recursos configura.

Combateremos, ainda, a evasão escolar e trabalharemos para que as escolas acolham as crianças em turno integral. Melhoraremos as condições de inclusão das crianças e jovens com deficiência e ampliaremos o número de escolas infantis, para que nossas crianças sejam atendidas e seus responsáveis possam trabalhar tranquilos. Buscaremos, também, a erradicação do analfabetismo.

Em regra, as prefeituras não têm assumido suas responsabilidades na área da segurança pública ao argumento de que o tema segurança seria responsabilidade do Estado. Isso tem servido como uma desculpa para a omissão dos gestores municipais na área, porém, se tornou insustentável diante da crise da segurança pública.

Implantaremos efetivamente a guarda municipal integrando-a com os órgãos de segurança do estado e com a comunidade, como forma de garantir direitos e prevenir a violência e a criminalidade. Buscaremos um trânsito seguro com a fiscalização das leis e normas de trânsito, com o intuito de reduzir acidentes, preservar a vida e garantir a mobilidade urbana. Mudaremos a atual postura do município que com o intuito meramente arrecadatário tem gerado uma indústria da multa. Nessa linha de implantação efetiva da guarda municipal buscaremos a atuação da mesma com o Estado realizando concurso público para contratação de efetivo de modo que ocorra o apoio logístico ao trânsito, fiscalização de perturbação da ordem pública, preservação dos parques, apoio à Patrulha Maria da Penha, que já existe no Governo Estadual, no combate ao grande número de feminicídios em nosso município.

Implantaremos um novo modelo agrícola na zona rural de Cuiabá que valorizará o trabalhador do meio rural e que dará prioridade à agricultura familiar, garantidora de soberania alimentar, inclusão de práticas alimentares promotoras de saúde, respeito à diversidade cultural, econômica e sustentável. Ampliaremos e incentivaremos o cinturão verde de forma que se tenha uma produção diversificada, economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente correta.

Implantaremos novas políticas urbanas de ordenamento do solo e habitacionais que incentivem novos conjuntos habitacionais nos vazios inseridos nas áreas urbanas consolidadas, assegurando o direito à cidade, de modo que a casa (ente físico) chegue ao status de habitação; e que privilegiem as populações excluídas em parceria com o Estado e a União, ampliando os fundos públicos para a construção e reforma de moradias populares, bem como um programa de regularização urbanística e fundiária de loteamentos irregulares e ocupações.

Para romper com a lógica capitalista de exploração e desigualdade é preciso que se inicie um processo de construção de projetos econômicos que sejam viáveis socialmente e

ecologicamente. Isto significa que o município deve ter sua política econômica revista, o que implica em uma verdadeira auditoria da dívida pública municipal, o incentivo à agricultura familiar e comunitária, a colaboração em atividades cooperativistas e da economia solidária, o fim de incentivos fiscais aos grandes empreendimentos e reestruturação do sistema tributário municipal para maior taxaçaõ dos mais ricos.

Implantaremos uma política de regularizaçaõ da informalidade e de estímulo à pequena e média empresa; qualificaçaõ profissional e cidadã dos empreendedores de base familiar; flexibilizaçaõ das normas de licenciamento para atividades econômicas familiares. Investiremos em infraestrutura para estimular a economia popular local. Fomentaremos as atividades produtivas cooperativas e sustentáveis geradoras de emprego e renda dignos.

As praças e demais espaços públicos, hoje espaços impessoais e frios, devem ser ocupados como espaços de onde brote uma nova ideia de cidade: seja para as rodas de hip-hop com suas rimas afiadas e graves pesados; seja pelo grafite que colore a paisagem; seja como o solo para hortas comunitárias e com elas o debate sobre o alimento e saúde; seja para local para danças e cantos populares, como o cururu, o siriri, o rasqueado e o lambadão; seja para projetos de cultura e educação que envolvam crianças, jovens e os transeuntes do dia-dia. Cabe ao poder público garantir e incentivar esta nova experiência de cidade, ao invés reprimi-la. Queremos assim, desenvolver e contribuir com projetos populares de reocupaçaõ coletiva da cidade que visem à inclusão das periferias e que não seja uma ferramenta da política de especulaçaõ imobiliária.

Ampliaremos o orçamento do município em Cultura e fortaleceremos a democratizaçaõ do Conselho Municipal de Cultura com a ampliaçaõ da participaçaõ de representantes da sociedade civil. Integraremos os sistemas cultural e educacional, incrementando atividades extracurriculares que propiciem o convívio dos alunos com o nosso patrimônio cultural.

Consolidaremos o plano municipal de turismo cultural-esportivo-ecológico, com calendário anual de eventos que priorize as tradições populares e as manifestações alternativas não mercantilizadas.

São crescentes as queimadas, os desmatamentos, o uso indevido do solo e de áreas de proteção permanente, o dejetos de resíduos sólidos em lixões a céu aberto, dentre outros problemas ambientais. A crise ecológica global e local é resultado disso, na medida em que se amplia a cada dia o sistema de produção capitalista, se esgotam mais os bens naturais comuns da humanidade, de tal forma que já ultrapassamos os vários limites ecológicos do Planeta, interferindo em vários sistemas ecológicos, com a emissão de CO₂ na atmosfera, a redução da biodiversidade, escassez de água doce, poluição química, destruição da camada de ozônio, acidificação dos oceanos, degradação do solo, entre outros impactos.